Vitória -ES, 25 de julho de 2025.

Ao Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Magnífico Reitor Prof. Dr. Eustáquio de Castro
ASSUNTO: **Substitutiva da Res. 60/1992/CEPE**

Magnífico Reitor,

Tendo recebido em 08 de julho do corrente ano o OF.CIRC. Nº 012/2025–CEPE/UFES atinente à Proposta de Resolução, que visa estabelecer os procedimentos relativos às atribuições de carga horária para os encargos docentes do Magistério do Ensino Superior desta Universidade, aprovada pela Comissão de Política Docente – CPD/Cepe, nós, **conselheiras e conselheiros deste Conselho vimos respeitosamente solicitar que a deliberação sobre a referida resolução substitutiva seja pautada na plenária do CEPE tão logo (e somente quando):**

1- tivermos condições de **ouvir nossas respectivas bases eleitorais nos centros de ensino**, uma vez que se trata de normativa com sensível impacto na organização do ensino e em nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa auscultação da categoria docente está inviabilizada devido ao **recesso acadêmico, que, uma vez encerrado, culminará justamente na fase final do semestre**, quando as condições para o necessário debate ficarão ainda mais restritas;

2- nosso debate nos centros ou na plenária puder ser **precedido por um estudo de impacto das alterações propostas**, uma vez que o funcionamento da universidade tem se dado, em grande medida, a despeito da **extrapolação da carga horária máxima docente**, gerando distorções potenciais (i) para a análise que se venha fazer das necessidades relativas à designação de carga-horária nas diversas instâncias e esferas da instituição, (ii) para fundamentar a reivindicação de concursos públicos e ampliação do contingente de trabalhadores docentes. Os resultados de um eventual estudo de impacto, como estamos propondo, **deverão ser sucedidos de divulgação sistemática e planejada** das alterações constantes na proposta de Resolução para que a comunidade acadêmica entenda as reformulações que estão propostas;

3- nossa associação docente, a **Adufes, tiver sido ouvida**, eventualmente consultada por nós, conselheiros e demais docentes da universidade e eventualmente contribuído com a matéria após seu redesenho, **como historicamente tem sido feito pelo CEPE e pelo CUn, nos 46 anos da entidade da qual fazem parte cerca de 60% dos professores em exercício na UFES**. A participação de nossa Associação docente se faz imprescindível em debate que inclui a razão mesma de existência de entidades sindicais, cujas ações giram em torno da luta por condições de trabalho, salvaguarda de direitos, entre outros como salário e carreira, da alçada do governo federal. O sindicato tem acumulado debate fundamentado em muitos anos de trabalho na base docente, com pesquisas publicadas e análises sistematizadas sobre o serviço público, as condições de trabalho, a saúde docente e **já alertava, desde a última rodada de debates sobre a Res. 60/1992 para o risco de sequestro de direitos adquiridos, como o direito de realizarmos ensino, pesquisa e**

extensão dentro das 40 horas, uma vez que a universidade tem funcionado nos termos indicados no Item 2, acima.

Reiteramos nosso reconhecimento de que uma Resolução com 33 anos de idade, como a 60/1992 decerto **carece de atualização**, sobretudo em face das inúmeras reconfigurações experimentadas pela UFES nessa segunda metade de seus mais de 70 anos de existência. É justamente com base na relevância e raio de alcance desta nova normativa que situamos nossa solicitação de que **se cumpram as etapas propostas acima**, as quais visam tão somente garantir que as alterações inseridas no texto desde a discussão nos centros, em 2022, sejam **conhecidas e avaliadas pela comunidade docente sobre a qual incidirão os efeitos da nova normativa, em um processo que será tão mais democrático quanto mais se abrirem canais de escuta e se incorporaram perspectivas** sobre temas tão fundamentais que a Resolução recobre: trabalho, planejamento, reconhecimento pelas múltiplas formas de se construir conhecimento em um universo heterogêneo e vasto, que abriga áreas do conhecimento e modos de interação com a comunidade externa dificilmente previsíveis de forma exaustiva em um texto normativo.

Em um [abaixo-assinado](#) arquivado ao final de 2022, centenas de docentes se manifestaram coletivamente pela alteração na condução do processo de alteração da referida Resolução, indicando, entre outros problemas, a **invisibilização e precarização do trabalho** docente encetadas pela minuta de então. Note-se que, desde o referido ano, as novas alterações não foram apreciadas por ninguém além da CPD, ainda que reconheçamos e saudemos o empenho dos colegas no sentido de incorporar as sugestões enviadas vários anos atrás. Os tempos são outros, premidos por uma compressão e múltiplas determinações que operam para atrozmente desmontar o serviço público e abrir caminho para formas de privatização “por dentro”, como, por exemplo, por meio da Reforma Administrativa (em tramitação no Congresso Nacional), que têm relação direta com a carga-horária (jornada de trabalho). Acrescente-se a esta problemática a nova Resolução de Extensão, recém-aprovada pelo CEPE, que terá impacto no cômputo de carga-horária, em vista de sua curricularização no ensino de graduação.

É da ampla e efetiva escuta da categoria docente em todos os municípios que se obterá o **respaldo para uma mudança da envergadura desta nova resolução**, de cuja participação coletiva depende um processo horizontalizado, bem fundamentado e resultante do empenho de todas as nossas instâncias para que reflita, ao final, nossas necessidades, anseios, diversidade e demandas.

Agradecemos antecipadamente e subscrevemo-nos em ordem alfabética:

André Gustavo Vasconcelos Costa, CCENS

Andressa Koheler, CE

Aline de Menezes Bregonci, CCAE

Carlos Eduardo Schmidt Castellani, CT

Cláudia Murta, CCHN

Daniel Junqueira, CE

Ilane Coutinho Duarte, Goiabeiras

Jésio Zamboni, CCH

Junia Zaidan, CCHN

Larissa Ferreira Rodrigues, CE

Leonardo Lúcio, CCHN

Marcos Vogel, CCENS

Maria Aparecida de Carvalho, CCENS

Gabriel Lessa da Silva Lavagnoli, CCENS

Patrícia Helmer, Goiabeiras

Sandra Mara Santana, CT

Tatiana de Santana Vieira, CE

Viviana Corrêa, Goiabeiras